

POLÍTICAS DE JUVENTUDE- PROPOSTAS PARA UMA NOVA LEGISLATURA

O associativismo juvenil representa hoje um eixo fundamental da participação dos jovens na sociedade, nos seus múltiplos campos. Catalisador da energia empreendedora da juventude, o associativismo desempenha um papel formativo e pedagógico, fomentando o espírito de participação cívica e a aprendizagem democrática.

No distrito do Porto as associações de jovens têm dado múltiplos exemplos de empenho e capacidade na prossecução destes fins: na animação sócio-cultural e sócio-educativa das comunidades locais; na recuperação das tradições populares; na protecção do património cultural e ambiental; na promoção de inúmeras actividades de carácter cultural, desportivo, recreativo, entre outras.

Por outro lado não deve ser ignorado o lugar significativo que estas associações ocupam na prevenção de situações críticas, que entroncam na marginalização social de jovens. O enfrentar destes problemas passa também pelo associativismo juvenil, através da participação dos jovens na concepção e implementação das actividades atrás referidas.

A acção da Federação das Associações Juvenis do Distrito do Porto (FAJDP), a primeira criada no país, com 13 anos de existência, é inseparável de muitas conquistas importantes da última década para o movimento juvenil, tendo-se pautado pela afirmação da voz dos jovens e das suas associações, colocando propostas sérias e construtivas, para a implementação dos melhoramentos necessários ao nível do fomento da vida associativa.

É nesta linha, e num contexto de início de legislatura, que propomos:

1. Ao nível do **enquadramento legal da actividade associativa**.
 - 1.1. A eliminação dos entraves legais à participação associativa, com a criação de um **quadro legislativo facilitador da aquisição de personalidade jurídica** por parte das associações juvenis, simplificando os processos burocráticos e suprimindo os encargos financeiros, à semelhança das AE's e dos clubes de praticantes desportivos;
 - 1.2. A criação de um **regime de contabilidade simplificado**, adequado à realidade associativa, que dê, por um lado, transparência à vida financeira das associações, mas que não represente, por outro, um entrave à sua actividade;
 - 1.3. A consagração de um **regime fiscal específico**, com benefícios fiscais, designadamente em sede do IVA.
2. Nas **estruturas da Administração relacionadas com a política de juventude consideramos fundamental o aprofundamento da co-gestão**, à qual deve ser conferido conteúdo efectivo, de modo a incorporar os jovens no processo de decisão aos mais diversos níveis. Em concreto parece-nos prioritário:
 - 2.1. A consagração da **participação legítima do Associativo local no Conselho Consultivo da Juventude**;
 - 2.2. A atribuição de **poderes efectivos aos Conselhos Consultivos Regionais do IPJ**, que têm hoje carácter meramente decorativo, permitindo-lhes, assim, uma real intervenção;

- 2.3. A atribuição à **FNAJ/ Federação Nacional das Associações Juvenis Locais do direito de indicar um representante no Conselho de Administração do IPJ;**
- 2.4. A definição e valorização de **mecanismos de controlo técnico da actividade associativa**, em detrimento dos aspectos administrativos e burocráticos obsoletos.
3. A **promoção do acesso dos jovens à informação**, deve ser encarada como uma área prioritária, devendo-se assumir com clareza o **desenvolvimento de uma verdadeira rede nacional de informação juvenil**, descentralizada e com participação activa das associações na gestão e animação da informação, de modo a assegurar uma maior igualdade de oportunidade a todos os jovens. Em concreto propomos:
 - 3.1. Realizar um levantamento dos recursos e das possibilidades efectivas das associações, para a implementação de um Centro Regional de Informação Juvenil:
 - 3.2. A **criação de um Centro Regional de Informação Juvenil**, com coordenação da FAJDP, aplicando efectivamente, na prática, a tão propalada co-gestão;
 - 3.2.1 Uma profunda **revitalização dos Postos de Informação Juvenil (PIJ)** com a participação das associações e dos jovens;
 - 3.2.2 A **criação de PIJ itinerantes** que facilitem a difusão e promoção da informação a todos os jovens, independentemente do local onde habitem ou da sua condição económica.
 - 3.3. Realização de parcerias entre o movimento associativo e as diferentes entidades (IPJ, Autarquias, Ministério da Ciência e Tecnologia, IEFPP, FDTI, etc.)no sentido de dotar as associações com recursos técnicos e humanos que permitam a implementação de «verdadeiros» serviços de informação juvenil.
4. Para um maior **desenvolvimento qualitativo da actividade das associações juvenis**, é absolutamente necessário dotá-las de **recursos humanos qualificados**. Neste domínio urge:
 - 4.1. A criação do **estatuto do animador**;
 - 4.2. O reforço das disponibilidades financeiras do IPJ, para a área dos recursos humanos do PAAJ, criando um **esquema de bolsas plurianuais de apoio à contratação de animadores pelas associações**;
 - 4.3. A criação de um **organismo certificador** da actividade das associações no domínio da formação de animadores.
5. A insuficiência e deficiência das **condições infra-estruturais** constitui a mais grave dificuldade com que se debatem as associações juvenis do Porto, que não será totalmente colmatada com a concretização, já no próximo ano, da “Casa das Associações”. Por se tratar de uma séria limitação ao desenvolvimento das associações juvenis, é fundamental:
 - 5.1. O **reforço orçamental da área de infra-estruturas do PAAJ**, que permita fazer face às necessidades existentes;
 - 5.2. A aplicação de **programas plurianuais** que permitam a viabilização dos projectos mais onerosos e que conduza à alteração significativa da realidade neste domínio.

6. No concerne ao **intercâmbio e turismo juvenil** propomos:
 - 6.1. Uma mais cuidada divulgação dos programas de intercâmbio e a correcção de alguns dos critérios de escolha dos projectos que criam situações de desigualdade inaceitáveis;
 - 6.2. O **facilitado das associações à rede de Pousadas de Juventude** da Movijovem com a simplificação dos processos burocráticos e o estabelecimento de vantagens económicas;
 - 6.2.1 A dotação às associações de **cotas de utilização das Pousadas da juventude.**

No início de uma nova legislatura parece-nos claro que a **Política de Juventude necessita de um novo impulso**, que reforce a Participação e que evite a rotina e os procedimentos anquilosados. Numa fase em que o discurso do poder político na área da juventude parece próximo às aspirações do associativismo juvenil, propiciando condições de colaboração e de consenso, será inaceitável não ousar avançar. O exemplo recente da forma como foi resolvido o impasse relativo ao direito de associação de menores prova que, em muitos dos domínios que referimos, só falta alguma iniciativa para que os problemas se resolvam.

As associações juvenis do Porto estão disponíveis para trabalhar, de forma leal e empenhada, para que deste processo resultem as medidas necessárias para prestigiar a Política de Juventude e conduzir ao alargamento da Participação. Ao mesmo tempo vamos manter a nossa capacidade de análise crítica da situação e a nossa intervenção reivindicativa para que o associativismo continue no centro dessa Política.

Porto, Novembro de 1999